ESTADO DO AMAZONAS
CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS
SALA DE REDAÇÃO DE ATAS

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO DO TEMA RENEGOCIAÇÕES – LEI 13.606 DE 09 DE JANEIRO DE 2018 – PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO TRIBUTÁRIA RURAL (PRR), REALIZADA NA 17ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS, NO DIA 08 DE JUNHO DE 2018. No oitavo dia do mês de junho do ano de dois mil e dezoito, às 09:00 horas, nesta cidade de Parintins, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, no prédio sede do Poder Legislativo Municipal situado à Rua Umiri, 781, Conjunto Macurany, reuniram-se os Senhores Vereadores **AFONSO DE SOUZA ROCHA** – Presidente em Exercício, Secretariado pelo Vereador **RENEI DE SOUZA SERRÃO** e com a presença dos Senhores Vereadores, **FRANCISCO WALTÉLITON DE SOUZA PINTO, MARIA JOSÉ DA SILVA ALENCAR e SEBASTIÃO LUIZ DA CUNHA TEIXEIRA.** Nesse momento foram convidados para compor a Mesa dos Trabalhos: o Excelentíssimo Senhor **AFONSO DE SOUZA ROCHA** – Presidente da Câmara Municipal de Parintins em Exercício; o Excelentíssimo Senhor **SEBASTIÃO LUIZ DA CUNHA TEIXEIRA** – Vereador e autor da propositura; o Ilustríssimo Senhor **TEN. MICHEL LEITE** – Representando o 11° Batalhão da Polícia Militar de Parintins; o Ilustríssimo Senhor **ONIELSON MARTINS** – Gerente do Banco da Amazônia; o Ilustríssimo Senhor **MARCINALDO SANTOS** – Presidente do Projeto de Assessoria Técnica de Extensão Rural – PASTER; o Ilustríssimo Senhor **JEFFERSON MACEDO** – Coordenador da EMBRAPA; o Ilustríssimo Senhor **LUCIVALDO PEREIRA** – Gerente do IDAM e o Ilustríssimo Senhor **EDY ALBUQUERQUE** – Secretário Municipal de Pecuária, Agricultura e Abastecimento. Prosseguindo o Senhor Presidente declarou **ABERTA A AUDIÊNCIA PÚBLICA**, que tem como finalidade **discutir o tema: Renegociações – Lei 13.606 de 09 de janeiro de 2018 – Programa de Regularização Tributária Rural (PRR),** e convidou o Vereador **RENEI DE SOUZA SERRÃO** para proceder à leitura do **Requerimento n° 093/2018-CMP** de 09 de abril de 2018-CMP, de autoria do Vereador **SEBASTIÃO LUIZ DA CUNHA TEIXEIRA**. A seguir o Senhor Presidente convidou o Vereador **SEBASTIÃO LUIZ DA CUNHA TEIXEIRA,** para fazer o seu pronunciamento justificando a Audiência Pública, que iniciou cumprimentando os presentes e disse que a Agência do Banco da Amazônia em Parintins está inoperante para a abertura de novos financiamentos do PRONAF, e citou o índice de 17% de inadimplência de agricultores familiares, o equivalente a mais de R$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais) em crédito rural, que esta bloqueando

o desenvolvimento do Setor Primário. Falou que desde que assumiu a Presidência da Comissão do Setor Primário e Políticas Rurais da Câmara Municipal de Parintins, tem acompanhado as discussões das entidades que estão preocupadas em proporcionar mais oportunidades e a melhoria da qualidade de vida do homem do campo. Destacou que não chegarão a lugar algum sem o crédito rural, por isso estão reunidos com diversas entidades e interessados para tratar de assuntos de interesse dos trabalhadores rurais. Ressaltou a grande chance para o trabalhador rural quitar o débito por meio da Lei de Renegociação e Liquidação, revogada até o final do ano de 2018. Citou que de 4.606 (quatro mil, seiscentas e seis) operações de situação de inadimplência, apenas cerca de 800 (oitocentos) produtores procuraram o banco para negociar ou liquidar a dívida. Pediu a união de todos para saírem com um encaminhamento da Audiência Pública, e enfatizou que precisam selar um acordo viável, e definir uma ação conjunta para o Banco da Amazônia voltar a fazer novas operações do PRONAF. Frisou que os órgãos representativos necessitam identificar e incentivar os agricultores inadimplentes para a regularização tributária rural. Destacou que essa lei oferece até 85% de desconto da dívida, e os refinanciamentos podem chegar até dez anos, com possibilidade de carência até 2020 para o início dos pagamentos. Ressaltou que precisam do setor primário para sair dessa situação crítica e adversa, e citou que os países de primeiro mundo quando passaram por crises e foram arrasados pela guerra, conseguiram saídas através do setor primário e da educação. Disse que precisam de fomento para crescer e avançar, e citou que muitos agricultores do Baixo Amazonas pegaram o custeio no Banco da Amazônia, mas, no entanto não retornaram no Banco para honrar os compromissos. Destacou a importância dessa oportunidade para que o banco volte a fazer novos financiamentos, e finalizou agradecendo a todos por essa oportunidade. **E**m seguida o Senhor Presidente convidou a todos para assistirem um vídeo sobre o tema a ser discutido. **N**este momento registrou a presença do Senhor Neto, representando o IDAM do Município de Barreirinha. **N**a seqüência o Senhor Presidente convidou a todos para assistirem a apresentação de slides, feita pelo Ilustríssimo Senhor **ONIELSON NASCIMENTO** – Gerente do Banco da Amazônia Agencia Parintins, que iniciou cumprimentando a todos e comentando sobre a importância do Banco da Amazônia na região Norte, citando aproximadamente 6.500.000 (seis milhões e quinhentos mil) contratos pelo FNO. Comentou que o Fundo Constitucional é constituído pelo FNE, administrado pelo Banco do Nordeste, FCO, administrado pelo Banco do Brasil, e o FNO, que é da região

norte, onde o Banco da Amazônia é o responsável por aplicar os recursos repassados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário. Disse que o Banco tem um ciclo, onde as pessoas emprestam os recursos, e finalizado o período de carência, retornam ao banco para pagamento, e este é emprestado novamente. Ressaltou que o Banco da Amazônia precisa dar uma resposta a sociedade de Parintins, Barreirinha e Nhamundá, no entanto o crédito não está sendo aplicado devido a fatores como a inadimplência, que bloqueia o Banco a operar com novas contratações a pessoas que ainda não tiveram acesso ao crédito. Prosseguiu falando que a agência de Parintins possui algumas metas, dentre elas a de contratação no valor de R$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais), onde realizaram em contratação 2.597.665,00 (dois milhões, quinhentos e noventa e sete mil, seiscentos e sessenta e cinco reais), sendo um percentual de 37,10% da meta do ano de 2018. Citou que a meta de liberação é R$ 7.105.711,00 (sete milhões, cento e cinco mil e setecentos e onze reais), onde já realizaram R$ 2.995.559,00 (dois milhões, novecentos e noventa e cinco mil e quinhentos e cinqüenta e nove reais), representando 42,15% da liberação do crédito. De aplicação no PRONAF citou que desde a inauguração da Agencia, já possui um total 45.697.191,00, (quarenta e cinco milhões, seiscentos e noventa e sete mil e cento e noventa e um reais) e hoje, vencido desse total aplicado, R$ 8.049.000,00 (oito milhões e quarenta e nove mil reais), sendo um percentual de 17,61% de inadimplência. Destacou que foram 4.606 (quatro mil seiscentos e seis) contratos contemplados na Lei 13.606, a qual prorrogou por mais um ano a Lei 13.340. Comentou que forma renegociadas 803 (oitocentos e três) operações no ano passado, cerca de 17,65%, ou seja a procura está sendo muito baixa, mediante a essa oportunidade de desconto. Destacou que as taxas do FNO são subsidiárias referentes ao mercado, livre de outras taxas de mercado, e com desconto de 15% nos juros para pagamento em dia. Disse que há também uma lei para quem não pagou que pode chegar até 85% de desconto. Citou que a inadimplência em Parintins está em cerca de 17,53%, Nhamundá 17,36%, Barreirinha em 17,82% e Boa Vista do Ramos 16,50%. Prosseguiu falando que devido à baixa procura de renegociação estabelecida na Lei, o Governo criou a Lei 13.606 de 09 de janeiro de 2018, para vigorar até 27 de dezembro de 2018, para as operações contratadas até 31 de dezembro de 2011, porém ressaltou que o Banco também faz renegociações para os anos posteriores. Seguiu falando que a regra para liquidação pode chegar até 85% de desconto, dependendo do prazo e valor do recurso. Disse que o público alvo para a repactuação da dívida são agricultores familiares, minis produtores, pequenos, médios e grandes

produtores. Para os agricultores familiares, minis produtores e pequenos produtores, a amortização prévia dos saldos devedores é de 1%, três anos de carência e mais 10 anos para pagamento, enfatizando que ao renegociar ou quitar, o nome já fica apto para fazer novos financiamentos, e com possibilidade de desbloquear o Município para aquelas pessoas que não tiveram acesso ao crédito. Disse que a amortização prévia para médios produtores é de 3% e para grandes produtores de 5%. Os produtores que fizeram a repactuação, pagarão a primeira parcela em 2021, sendo que a última será paga em 30 de novembro de 2030, portanto vê a importância da divulgação dessa repactuação aos produtores. Citou que as vantagens dos encargos financeiros vão de 0,5% a 2%, e bônus na parcela adimplente, com amortização prévia do saldo devedor atualizado, com variação entre 1 a 5%. Falou que casos contemplados pela lei perderão o benefício, caso haja comprovação de desvio de finalidade. Disse que precisam procurar o Banco da Amazônia para atualizar o cadastro, e aproveitou a oportunidade para agradecer a parceria firmada com o IDAM. Informou que há uma servidora do Banco que realiza o cálculo e o sistema já da o valor de desconto para a liquidação ou renegociação. Prosseguiu agradecendo a oportunidade e colocou o Banco da Amazônia a disposição dos produtores, bem como pediu auxílio aos demais órgãos para divulgar essa oportunidade que vai até o dia 27 de dezembro. Neste momento o Senhor Presidente registrou a presença da Senhora Lídia Gonçalves representado a COOTEMPA. Em seguida passou a palavra ao Ilustríssimo Senhor **JEFFERSON MACEDO** – Coordenador da EMBRAPA, que cumprimentou os presentes, e iniciou comentando que o Governo Federal anunciou o Plano Safra para 2018/2019 com mais de R$ 150.000.000.000,00 (cento e cinquenta bilhões de reais). Destacou que para se ter um bom projeto de desenvolvimento agrícola, é necessária terra, trabalho, tecnologia e capital que precisam estar concatenados. Dentre essas necessidades, destacou estar faltando capital para alavancar o setor, mesmo tendo o início de uma atividade agropecuária. Destacou ser importante essa propositura, e muito lhe entristece ver os números, portanto precisam estabelecer estratégias para atingir as metas. Defende que o setor primário é a única forma do Governo do Estado do Amazonas distribuir renda, e tirar o grande PIB da Capital do Estado do Amazonas. Comentou que até o ano de 2014, o setor primário foi o responsável pelo PIB do Município de Parintins, e acredita que infelizmente essa queda se deve a inadimplência, que impede a agropecuária ser o setor principal de desenvolvimento, que hoje é respondido pelo setor de serviço e comércio. Comentou que muitas pessoas não têm consciência ou até

não tem conhecimento que precisam ir ao Banco, por isso precisam fazer uma força tarefa para divulgar essa informação a essas pessoas, no intuito de mudar essa realidade para alavancar o setor primário. Em seguida passou a palavra ao Ilustríssimo Senhor o Ilustríssimo Senhor **LUCIVALDO PEREIRA** – Gerente do IDAM, que cumprimentou os presentes, e iniciou comentando sobre os números de inadimplentes em Parintins, bem como comentou que está sendo lançado um Programa do Governo chamado de Renda Certa, o qual foi bastante procurado pela população. Citou que também estão realizando a liberação de recursos para os setores secundários e terciários através da AFEAM e SEBRAE. Comentou que estão com vários projetos da AFEAM Agro, com mais de R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) disponibilizados principalmente para as regiões do Caburi e Mocambo. Disse da sua tristeza em verificar a impossibilidade do público não poder trabalhar com o Banco da Amazônia, pois a assistência técnica do Governo precisa desse público alvo para existir. Comentou sobre a falta de representantes de várias entidades nessa audiência, principalmente Colônias de Pescadores e Sindicatos para acompanhar e tentar promover essa conscientização do produtor. Sugeriu ao Banco da Amazônia que fornecesse uma lista para cada entidade representativa desse público, e principalmente para aqueles que elaboraram os projetos, para que cada um assumisse a sua responsabilidade. Comentou que tem recebido pedidos para a confecção de laudos, porém em alguns casos necessitam de informações para facilitar esse serviço. Disse também que fez um acordo verbal em Manaus, e estão fazendo a DAP dos assentados para facilitar a vida dessas pessoas que estão sem assistência do INCRA. Prosseguiu falando que tinham uma proposta para que os Projetos que saíssem de qualquer entidade passassem por uma avaliação de uma Comissão, no intuito de prezar pela qualidade do Projeto. Disse que avaliou alguns projetos, e comentou que orientou para alguns que se encaixavam em outras modalidades, como é o caso do Projeto Renda Certo, no entanto também alertou que muitas pessoas fazem projetos já com o intuito de não realizar o pagamento. Falou que nas ações que tem realizado, tem levado o Banco da Amazônia no intuito de tentar minimizar essa situação. Destacou a atuação dessa Comissão do Setor Primário da Câmara Municipal, que é mais um parceiro para alcançar a solução para esse problema. Prosseguiu comentando que acompanhou o produtor Ordiley Damasceno em sua propriedade de criação de galinhas caipiras e está iniciando uma criação de suínos, e sugeriu que fizessem uma visita neste local no intuito de viabilizar recursos para essa atividade. Finalizou agradecendo a oportunidade e lamentou novamente a

ausência de algumas entidades. Em seguida passou a palavra ao Ilustríssimo Senhor **EDY ALBUQUERQUE** – Secretário Municipal de Pecuária, Agricultura e Abastecimento, que cumprimentou os presentes, e iniciou falando que de um lado o anuncio do Plano Safra com mais de R$ 150.000.000.000,00 (cento e cinquenta bilhões de reais), e do outro estão debatendo sobre negociação de dívida, que na verdade deveriam estar discutindo o aumento de recursos do Banco da Amazônia do valor de R$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais) para R$ 14.000.000,00 (quatorze milhões de reais) ao Município. Ressaltou que como uma proposta inicial da administração Municipal e remete também a responsabilidade a Câmara Municipal, seria a reativação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, pois o Conselho deve exercer o controle social sobre o crédito, garantir assistência técnica e sobre tudo o que envolve a política voltada ao setor primário de Parintins. Comentou que com demais interessados sempre tiveram uma perspectiva de ter uma Câmara Técnica para que pudessem avaliar os projetos que estão sendo financiados, no intuito de definir os responsáveis e acompanhar esses trabalhos. Sugeriu trabalharem um Projeto de Lei para reconstruir e reformular um novo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, pautado para essas questões práticas e discussões do Setor Primário em geral. Disse que gostaria de retornar em outra oportunidade para discutir o aumento do crédito, e quais as atividades que estão dando retorno econômico para o produtor e para a sociedade de modo geral. Destacou que já possuem um corpo técnico que poderá ser constituído por diversos órgãos, e citou que foi aplicado o valor de R$ 2.600.000,00 (dois milhões e seiscentos mil reais) no ano de 2018, e questionou qual seria o quantitativo de operações a serem vencidas em 2019. Ressaltou que precisam avaliar quais os créditos que estão dando certo e responsabilizar a todos para que possam identificar o porquê dos altos índices de inadimplência. Citou que estão distribuindo mais de 90.000 (noventa mil) alevinos de tambaqui, pois querem fazer essa atividade produtiva, bem como enfatizou que estão trabalhando para assegurar a venda dos produtos. Comentou que o Senhor Eric, que é pioneiro com relação ao laticínio, tem um contrato com a ADS para fornecer 20 toneladas de queijo, e enfatizou, portanto, que precisam fomentar a produção da atividade leiteira, assim com uma construir uma fruticultura forte para suprir a necessidade da COOPAPIN no abastecimento do Programa da Merenda Escolar do Governo Federal, por isso vê a importância dos entes em fazer a assistência técnica e a extensão rural, e acima de tudo ter o comprometimento com aplicabilidade do recurso para que retorne a sociedade. Frisou que precisam

repensar o próprio crédito de modo geral, e ressaltou que o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável é a proposta para que possam ter realmente um controle da elaboração e aplicação do projeto, bem como de quem recebe o crédito. Disse que Parintins está se organizando pra ser um dos primeiros Municípios do norte do Brasil para ter a sua assistência técnica pública em parceria com o IDAM, para que possam estar junto à pesquisa, extensão e o ensino das universidades. Destacou que precisam qualificar o crédito, e citou que visitou vinte propriedades, mas, no entanto, somente sete tinham condições efetivas de receber o crédito. Disse que precisam responsabilizar as entidades de modo geral, não somente na liberação do crédito, pois o mais prejudicado é o produtor, sendo necessário, portanto um controle social sobre quem elabora os projetos e não somente pensar em bater as metas quantitativas sem um retorno. Falou que precisam refletir sobre a questão do crédito que está sendo aplicado, quais as atividades que o banco recomenda para a assistência técnica em termo de financiamento, como por exemplo, precisam repensar a questão da mandioca que recebeu crédito emergencial, porém o Município continua importando farinha, e a inadimplência está muito alta nesse segmento. Destacou que não faltou recurso disponibilizado pelo Banco da Amazônia que cumpriu o seu papel, porém em contrapartida o outro lado precisa ter o controle social de acompanhar a aplicabilidade desse recurso e chamar a todos para uma mesa de negociação. Enquanto Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e abastecimento, propôs a retomada do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, bem como chamar as entidades e envolvidos nesse processo do crédito para definirem diretrizes e assim retornar os 60% do PIB gerado pelo Setor Primário. Comentou que o Governo do Estado sucateou a própria extensão rural, no entanto vão retomar essa questão, pois ficou feliz com uma PEC proposta pelo Deputado Sidney Leite, que mudou a dotação orçamentária da SEPROR de 0,6% para 3% da Receita Corrente Líquida do Estado. Finalizou dizendo que juntamente com o Prefeito Bi Garcia vai estudar como poderão ampliar o aporte de recursos do setor primário e assistência técnica juntamente com o IDAM, para ter um resultado positivo a sociedade. Em seguida passou a palavra ao Ilustríssimo Senhor **MARCINALDO SANTOS** – Presidente do Projeto de Assessoria Técnica de Extensão Rural – PASTER, que cumprimentou os presentes, e iniciou falando sobre a importância do Banco da Amazônia na região, e comentou que em 2005 o Araranã recebeu uma equipe do Banco da Amazônia para levar crédito de R$ 1.000,00 (um mil reais) para as famílias do interior, no

entanto tiveram dificuldade de retorno ao Banco, por isso através dessa oportunidade podem procurar o Banco para verificar essa situação e minimizar essa inadimplência. Destacou a importância dessa discussão na Câmara Municipal, e frisou a importância desse crédito para produtores do interior que puderam melhorar suas condições de trabalho. Comentou que está com um projeto de energia solar no Alto Solimões, e inclusive informou que o Banco da Amazônia financia esse projeto para o produtor rural, no entanto hoje está impedido de fornecer esse crédito, sendo apenas liberado por bancos privados com altos juros. Ressaltou que precisam verificar essa situação, e junto à parceria da Secretaria poderão caminhar e reduzir essa inadimplência. Sugeriu na época da Festa de Nossa Senhora do Carmo, onde muitos produtores se deslocam a cidade, pudessem fazer um feirão de renegociação para esse fim. Em seguida passou a palavra ao Ilustríssima Senhora **LÍDIA GONÇALVES** – representante da COOTEMPA, que cumprimentou os presentes, e iniciou falando que existe uma cobrança muito alta com relação a assistência técnica, e no seu ponto de vista essa assistência precisa ter o momento de pré elaboração, o durante e o depois da liberação do recurso. Comentou que a questão do produtor rural é uma cadeia, e é preciso fazer um projeto bem elaborado, sendo também necessário haver preocupação com o produtor com relação, por exemplo, ao transporte dos produtos, como é caso dos problemas enfrentados por produtores do Quebra. Informou que na medida do possível a COOTEMPA está fazendo ação de recuperação de crédito, e ressaltou ser o momento de todos se unirem, pois não existe trabalhar nesse meio de produção de forma isolada. Disse que há deficiência na questão de elaboração de projetos, e citou que trabalhar hoje com um equitare está descartado, pois o produtor também tem que tirar o que vai consumir. Precisam fazer uma proposta diferenciada para dar condições ao produtor, pois todos têm direitos e são iguais. Comentou que diversos fatores podem prejudicar o produtor, como por exemplo, a presença de pragas e a venda de produtos aos atravessadores com preços muito abaixo do praticado nas feiras, portanto é necessário ver as condições que esses produtores rurais sobrevivem. Disse que precisam analisar quanto o produtor paga de frete, qual o valor da diária, pois muitas vezes o produtor já fica no prejuízo, portanto é o momento de também ouvir as reivindicações dessa classe trabalhadora. Frisou ser necessário que na elaboração do projeto e da assistência técnica, tratar também das obrigações do produtor, pois é preciso conscientizar o produtor que o crédito é cedido e não doado pelo Banco. Finalizou dizendo que precisam ajudar o produtor como um todo e destacou que precisam usufruir do crédito de maneira

responsável. Em seguida passou a palavra ao Vereador **FRANCISCO WALTÉLITON DE SOUZA PINTO**, que cumprimentou os presentes, e iniciou falando sobre o foco da audiência que são as dívidas passadas que está travando os novos financiamentos, portanto disse que é preciso sair dessa audiência pública com um indicativo de como irão equacionar essa dificuldade. Frisou a necessidade de estabelecer uma política pública para juntos buscarem esses produtores que estão devendo, e auxiliá-los para voltar a produzir e ter recursos para honrar com o débito no Banco. Pediu o auxílio de todas as entidades para identificar os produtores e juntos buscarem solução para equacionar essa dificuldade. Destacou que precisam ajudar o BASA a solucionar essa dificuldade para assim alavancar o setor primário que tem com o Banco um importante aliado para concessão de financiamentos. Ressaltou que essa Casa Legislativa tem discutido bastante sobre diversos assuntos no intuito de alavancar o Setor Primário, sendo também necessário um trabalho de legalização fundiária, assistência técnica e agora essa questão em solucionar a inadimplência com o Banco da Amazônia. Destacou que precisam fazer um projeto com outro formato, e acompanhar o produtor após a concessão do crédito. Disse que no seu ponto de vista EMBRAPA está sendo mal aproveitada, devido a entraves dessa natureza. Em seguida passou a palavra ao Vereador **RENEI DE SOUZA SERRÃO**, que cumprimentou os presentes, e iniciou falando que tem conhecimento do trabalho no campo e tem acompanhado ao logo dos anos o trabalho do IDAM. Disse que a dificuldade não é a falta de dinheiro, pois todo ano há financiamento para os produtores, portanto precisam definir qual seria a real necessidade do produtor. Destacou que primeiramente precisam identificar quem realmente seria um produtor rural, e quem realmente quer trabalhar com a terra, e tratá-la como uma empresa, pois muitos recebem o dinheiro e não fazem o investimento. Ressaltou que deve haver fiscalização, e acredita que o Banco também precisa fiscalizar, pois é quem libera o recurso. Citou ter conhecimento de que algumas fiscalizações fazem relatórios e tiram fotos de roças mais próximas, pois não conseguem ter acesso a totalidade devido à falta de condições das estradas. Destacou também que os produtores precisam de estrutura, principalmente em se tratando de transporte, que é uma das principais reclamações da zona rural. Ressaltou ter certeza dos investimentos que o Prefeito Bi Garcia irá fazer no Setor Primário que será de grande importância para o Município de Parintins. Destacou que precisam investir nos produtores na questão do conhecimento para que possam se transformar em empreendedores, e não colocar apenas o recurso a disposição do produtor. Em

seguida passou a palavra ao Senhor **RAIMUNDO BARBOSA** – Produtor Rural, que cumprimentou os presentes, e iniciou falando que necessitam de técnicos para auxiliar o produtor. Citou que conseguiu um Projeto com o INCRA no valor de R$ 12.000,00 (doze mil reais), e conseguiu faturar o valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Discordou do posicionamento do vereador que disse que a mandioca não progride, pois conseguiu comprar quatro barcos com o dinheiro adquirido com produtos da mandioca, bem como falou que criou a Associação e Feira do Bairro Itaúna II, junto aos seus amigos. Comentou que veio para a cidade devido os estudos de seus filhos, e hoje não vê condições em trazer um saco de farinha para vender no valor de R$ 100,00 (cem reais), tendo em vista o valor que paga para fazer o deslocamento de sua produção até a feira. Comentou que precisa de investimento para iniciar uma criação de porcos, e disse que com a parceria dos órgãos envolvidos, irá conseguir a documentação necessária para voltar a ser um cliente do Banco. Destacou a importância da presença de técnicos para orientar os produtores do que se deve plantar em determinadas regiões, e comentou que já plantou diversas plantas, que em sua maioria foram destruídas pelas queimadas naquela região. Disse que possui uma produção de mandioca, no entanto enfatizou ser inviável trazer para as feiras da cidade, devido ao alto custo com o transporte. Agradeceu a oportunidade para essa discussão, e ressaltou que sem a produção do campo o Município não conseguirá se manter. O Senhor Presidente convidou o Vereador Sebastião Teixeira, para assumir a presidência enquanto faria o seu pronunciamento. O Vereador **AFONSO DE SOUZA ROCHA** cumprimentou os presentes, e iniciou falando que não lhe resta dúvida de que o Município de Parintins irá crescer com o Setor Primário, no entanto precisam encontrar uma forma de regularizar os produtores. Disse que gostou da sugestão em fazer um feirão no período da festa do Carmo, no intuito de reunir o produtor rural que vem a sede do Município nesse período. Comentou sobre enorme vontade dos órgãos em fazer essa regularização do produtor rural no intuito de dar condições para a produção rural, e disse que conhece a realidade do homem do campo em chegar com o seu produto até o centro urbano para ser comercializado. Destacou que os vereadores da Câmara Municipal, que em sua maioria são oriundos do interior têm o compromisso e a responsabilidade de encontrar uma solução para regularizar essa situação perante o Banco, e assim poder fazer novos investimentos. Citou que o homem do campo passa por diversas dificuldades, seja no clima, no deslocamento, ou até mesmo questões da natureza, que podem levar o produtor a inadimplência, portanto cabe a todos tentarem buscar soluções

para que o Município venha a alavancar e o poder Público venha a cumprir sua meta de trabalho. Finalizou dizendo que está acompanhando os trabalhos, e colocou o Poder Legislativo a disposição para solucionar esse impasse e alavancar a economia do Município. Não havendo mais nada a ser tratado, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Vereadores, Autoridades, Funcionários, Imprensa e o Público Assistente, invocando a **PROTEÇÃO DE DEUS**, encerrou a Audiência Pública às 12:00 horas.

Ver. AFONSO DE SOUZA ROCHA
Presidente em Exercício

Ver. FRANCISCO WALTÉLITON DE SOUZA PINTO

Ver. MARIA JOSÉ DA SILVA ALENCAR

Ver. RENEI DE SOUZA SERRÃO

Ver. SEBASTIÃO LUIZ DA CUNHA TEIXEIRA